

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRÁRIO
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE



PLANO DE TRABALHO
2009

MUNICÍPIO DE CRISTINÁPOLIS
ESCRITÓRIO LOCAL DE CRISTINÁPOLIS

MARCELO DEDA CHAGAS
GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

PAULO CARVALHO VIANA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE

JEFFERSON FEITOZA DE CARVALHO
DIRETOR PRESIDENTE

JODEMIR ANTÔNIO PIRES FREITAS
DIRETOR DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

SALETE DEZEN
DIRETORA DE DEFESA ANIMAL E VEGETAL

ANTONIO BERNARDO SILVA DE LIMA
DIRETOR DE AÇÃO FUNDIÁRIA

JOEL DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

EQUIPE DE TRABALHO DO ESLOC DE CRISTINÁPOLIS

CELSO QUEIROZ FERREIRA FILHO – ENG° AGRÔNOMO (CHEFE DO ESLOC)
FRANCISCO RONALDO TELES CAVALCANTE - MÉDICO VETERINÁRIO
JOÃO FAUSTO VICTOR DOS SANTOS - TÉC. AGRÍCOLA
MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS – GUARDA SANITÁRIO
MARIA PIRES DE OLIVEIRA - AGENTE ADMINISTRATIVO

POSTO FIXO

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS - T.AGRICOLA
ARIOSVALDO DE ÁVILA SOUZA - .AGRICOLA
BIVAL DA CONCEIÇÃO - AGRÔNOMO
CARLOS ALBERTO ALVES FARIAS - T. AGRÍCOLA
CARLOS AUGUSTO R. DE MELO - AGRÔNOMO
CLÁUDIO LÍSIAS CUNHA AMARAL - AGRÔNOMO
ÉLITON CARDOSO HORA - T.AGRICOLA
GILSON ANGÉLICO TELES - T.AGRICOLA
JOSÉ AUGUSTO LACERDA F.FILHO - T.AGRICOLA
JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS - T.AGRICOLA
JOSÉ IVANILSON RIBEIRO VIANA - T.AGRICOLA
JOSÉ WELLINGTON ALVES - T.AGRICOLA
LUIZ CARLOS DE ARAUJO SANTANA - AGRÔNOMO
LUIZ CARLOS DOS SANTOS - T. AGRÍCOLA
LUIZ SÉRGIO DE PAULA ROCHA - AGRÔNOMO
MARCOS SILVA BISPO - T. AGRÍCOLA
SÍLVIO MENEZES DOS SANTOS - AGENTE ADM.
SIMIÃO AGUIAR MENEZES - T.AGRÍCOLA
SOSÍGENES LIMA DE ANDRADE - TÉC.AGRÍCOLA

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Trabalho 2009 é resultado de um processo participativo de planejamento construído a partir das demandas do município, cuja importância reside na concretização de uma proposta de trabalho coerente com as potencialidades locais, de acordo com a capacidade de trabalho instalada no Escritório Local, responsável pela sua execução.

Apresenta a programação de trabalho para um horizonte temporal de um ano e tem como conteúdo essencial, as ações a serem desenvolvidas pela Emdagro junto aos produtores, em especial os agricultores familiares, na perspectiva de estabelecer um modelo de desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na inclusão social. Saliente-se que as estatísticas agropecuárias, econômicas e sociais estão transcritas no documento “Informações Básicas Municipais”, elaborado e atualizado pela ASPLAN/EMDAGRO.

Convém ressaltar que este plano é um documento aberto, e como tal, permeável à introdução de novas atividades que a qualquer momento poderão surgir. Por outro lado, é óbvio que não se pode encerrar nele a explicitação de toda a atividade que, discreta e paulatinamente, vai sendo desenvolvida.

JEFFERSON FEITOZA DE CARVALHO
Diretor-Presidente da EMDAGRO

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	A EMDAGRO	1
2.1.	Missão.....	1
2.2.	Princípios	1
2.3.	Diretrizes.....	1
2.4.	Objetivo geral	2
2.5.	Objetivos específicos.....	2
3.	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	3
3.1.	Programas a serem trabalhados no município.....	3
3.2.	Comunidades Existentes e a Assistir.....	3
3.2.1.	Participação percentual de comunidades e população existente em relação às comunidades e população a assistir	3
3.3.	Estratégia de ação	3
	TERRITÓRIO SUL SERGIPANO	4
3.4.	Público	5
3.5.	Metodologia.....	5
3.6.	Parcerias.....	6
3.7.	Acompanhamento e Avaliação	6
4.	RECURSOS NECESSÁRIOS	7
4.1.	Recursos Humanos.....	7
4.2.	Recursos Materiais.....	7
5.	PRINCIPAIS METAS 2009.....	8

1. INTRODUÇÃO

Este documento exprime o Plano Anual de Trabalho do município de Cristinápolis para o exercício 2009, o qual prevê a utilização de metodologia participativa, com envolvimento dos diversos segmentos da EMDAGRO, da Administração Pública Municipal e das lideranças comunitárias representantes das organizações formais e informais dos produtores e, em especial, dos agricultores familiares.

2. A EMDAGRO

2.1. Missão

“Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio do Estado de Sergipe, atuando nas áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Defesa Agropecuária e Ações Fundiárias, para assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade.”

2.2. Princípios

- Orientar as atividades tendo como foco o desenvolvimento rural sustentado, potencializando o uso dos recursos naturais, considerando as características locais, os espaços e a integração territorial.
- Promover a gestão, compartilhada, participativa e eticamente responsável, entre os atores sociais, instituições, programas e projetos, estabelecendo articulações voltadas para o pleno desenvolvimento sustentado.
- Desenvolver processos educativos de forma continuada e sistemática, levando em consideração a cadeia produtiva agroindustrial e de gestão do negócio agrícola e não agrícola.

2.3. Diretrizes

- Desenvolver ações que levem à conservação, recuperação e gestão dos recursos naturais dos agroecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade.
- Estimular a participação da ATER nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e de pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de fortalecimento da agricultura familiar.
- Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATER, que sejam presentes e atuantes em todas as localidades rurais sergipanas, de modo a atender a demanda dos agricultores familiares do Estado de Sergipe.
- Apoiar ações múltiplas e articuladas de Assistência e Assessoria Técnica, Social Ambiental e Extensão Rural que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo e solidário, nas localidades e territórios rurais, levando em conta a dimensão ambiental.

- Assegurar que as ações de ATER contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.
- Viabilizar serviços de ATER que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional.
- Viabilizar ações de ATER, dirigidas especificamente para capacitação e orientação da juventude rural, visando a estimular a sua permanência na produção familiar.

2.4. Objetivo geral

Apoiar e fortalecer ações de assistência técnica, social, ambiental e extensão rural para implementação da Política Nacional de ATER, visando as unidades de produção estruturadas, inseridas e competitivas no processo, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal, regional e territorial de forma ambientalmente sustentável.

2.5. Objetivos específicos

- Apoiar processos organizativos, visando à inserção da população nos diferentes espaços sociais (conselhos, associações, colegiados).
- Desenvolver e adaptar métodos de pesquisa participativa contribuindo para solução de problemas sociais, econômicos e ambientais estimulando a inovação tecnológica em bases sustentáveis voltadas para a agricultura familiar.
- Desenvolver, aperfeiçoar e disseminar metodologias participativas que facilitem o trabalho dos técnicos e contribuam para a construção coletiva de novos conhecimentos.
- Desenvolver ações para a mudança do foco da agricultura tradicional para agricultura agroecológica na perspectiva de compatibilizar o desenvolvimento local sustentável e a conservação e recuperação dos recursos naturais, garantindo o direito à vida ambientalmente saudável para esta e para as futuras gerações.
- Implantar um amplo programa de capacitação de técnicos e produtores em consonância com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de ATER.
- Apoiar a agroindustrialização, os arranjos produtivos locais e a comercialização da produção com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e sua inserção no mercado.
- Melhorar a efetividade da Defesa Agropecuária.
- Promover parcerias para o desenvolvimento das pequenas agroindústrias.
- Realizar parcerias com entidades públicas e privadas para maximizar o uso de recursos e melhorar a eficácia das ações.

3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1. Programas a serem trabalhados no município

- Agricultura Familiar
- Agricultura irrigada
- Defesa Sanitária
- Desenvolvimento de Cadeias Produtivas

3.2. Comunidades Existentes e a Assistir

Comunidades Existentes		Comunidades a Assistir	
Nome	População	Nome	Nº. de Famílias
1. Água Branca	680	Água Branca	120
2. Baixa Funda	149		
3. Caixão de Pedra	272		
4. Cajá dos Índios	283		
5. Caldeirão	142		
6. Campo das Flores	170		
7. Colônia Cristinópolis	681	Col. Cristinópolis	105
8. Fundão	124		
9. Jibóia	964		
10. Lagoa Nova	1.445		
11. Lagoa Seca I	454	Lagoa Seca I	80
12. Lagoa Seca II	237		
13. Paiajá	227		
14. Palmeiras	341		
15. Pasto Velho	149		
16. Santa Clara	737		
17. Assent. S. Francisco	289		
18. Taquari	655		
19. Zabelê	397		
Total	8.396	03	305

3.2.1. Participação percentual de comunidades e população existente em relação às comunidades e população a assistir

Discriminação	Existentes (A)	A serem assistidas (B)	B/A (%)
Comunidades (n ^o)	20	03	15,0
População	8.396	305	3,63

3.3. Estratégia de ação

A obtenção de resultados esperados está subordinada ao efetivo comprometimento dos técnicos com as dinâmicas sociais locais, e dos diversos públicos da extensão e suas organizações com os objetivos individuais e coletivos estabelecidos.

Para tanto, os serviços de ATER devem incorporar, em sua forma de ação e intervenção, uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, articulando o local, a comunidade e/ou território às estratégias que levem a enfoques de desenvolvimento rural sustentável.

Desta forma, concretiza-se a participação do Estado efetivada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo - PDTP, por meio das Conferências populares. Tais Conferências identificaram as demandas prioritárias da população residente nos Territórios Sergipanos, as quais foram incluídas no PPA e passaram a ser atendidas, no caso específico do setor agropecuário, pela SEAGRI e suas vinculadas – EMDAGRO e COHIDRO.

O município de Cristinápolis está inserido no Território Sul Sergipano, o qual apresenta as seguintes características:

Território Sul Sergipano	
Localização	Sul do Estado
Área	3.193,6 km ² – 14,5 % da área estadual
População	249.387 habitantes – 12,5% da população estadual
Densidade demográfica	78 hab/Km ²
Formada por 11 municípios	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba

Dimensões da Identidade Territorial:

Econômico-Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • PIB: 7% do Estado; • PIB per capita e Renda per capita na média estadual; • Presença de indústrias tradicionais; • Forte participação das lavouras permanentes: Citros e coco-da-baía; • Pastagens, gado para corte; • Estância é o principal centro urbano caracterizando-se pelas atividades comerciais e serviços, além da feira que aumenta a sua centralidade; • Expressiva presença da Agricultura Familiar (47% da área total ocupada).
Geo-Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Clima semi-úmido com maior regularidade na distribuição das chuvas; • Solos arenosos e profundos, de média a baixa fertilidade natural; • Presença dos tabuleiros costeiros sul.
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Amplitude intensa de IDH oscilando entre os mais baixos do estado de Santa Luzia do Itanhy a Estância, próximo a 0,700; • Esperança de vida ao nascer entre 60 e 65 anos; • Índices de mortalidade infantil elevados; • Exclusão social elevada, com alta incidência de privação de saneamento e de renda.
Sócio-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Centralidade Urbana determinada por Estância; • Região marcada pela citricultura dando-lhe forte

	identidade; • Presença de produção artesanal.
Político-Institucional	• 482 Organizações sociais recenseadas; • Colegiado de Desenvolvimento Territorial Homologado pela SDT.

3.4. Público

A Emdagro tem seu público formado por produtores e famílias rurais - criadores, agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas por programa de Reforma Agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüicultores do Estado de Sergipe.

No caso específico do município de Cristinápolis serão assistidas 03 comunidades rurais com uma população a assistir de 455 famílias.

3.5. Metodologia

Compatível com os princípios e diretrizes enunciadas pela PNATER, a metodologia para a ação da Ater pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis.

Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

Na prática, essa metodologia deve permitir a identificação dos problemas e, conseqüentemente, o estabelecimento de prioridades e o planejamento de ações capazes de alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos, além de permitir a avaliação participativa dos resultados.

O enfoque metodológico a ser adotado deve, portanto, gerar relações de co-responsabilidade entre os participantes, suas organizações e as instituições apoiadoras ou prestadoras de serviços, tanto na fase de planejamento como na execução, monitoramento e avaliação das ações.

Assim, deverão ser privilegiadas atividades de pesquisa-ação participativas, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável.

Ressalte-se que para o desenvolvimento dos trabalhos deve-se implantar um calendário fixo de trabalho tendo por objetivo sistematizar o atendimento às comunidades, estabelecendo previamente o dia da semana em que cada comunidade assistida será visitada. Essa medida tem como conseqüência um melhor aproveitamento do tempo disponível da equipe de trabalho, bem como propicia uma maior integração entre técnicos e produtores assistidos.

3.6. Parcerias

Para desenvolver as ações programadas neste Plano de Trabalho, de forma a alcançar os resultados propostos, o Escritório Local deve atuar em integração com as entidades que atuam no município, tais como: Prefeitura Municipal, Agentes Financeiros, Sindicato de trabalhadores Rurais, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Ação Social, Conselhos Municipais, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação.

3.7. Acompanhamento e Avaliação

As atividades de acompanhamento e avaliação dar-se-ão através dos processos de gestão local, regional, estadual e das próprias comunidades assistidas e serão desenvolvidas em caráter participativo, com vistas à análise da atuação da Extensão Rural/ATER, considerando seus objetivos, sua inserção com os Programas/Ações e seus instrumentos operacionais, no sentido de identificar e sinalizar a correção de distorções que possam interferir na consecução dos objetivos definidos.

Ao final do exercício, será elaborado um relatório circunstanciado, acerca das ações desenvolvidas através dos Programas, enfatizando-se o desempenho dos mesmos, com registro através de fotografias e textos. Os resultados alcançados pelo ESLOC em Cristinápolis deverão ser apresentados em uma reunião de Sede com a participação de todas as lideranças das comunidades assistidas, entidades e interessados em geral.

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

4.1. Recursos Humanos

Discriminação	Quantidade existente (A)	Quantidade necessária (B)	Total (A+B)
ESLOC			
Eng ^o Agrônomo	01	00	01
Méd. Veterinário	01	00	01
Téc. Agrícola	01	01	02
Téc. Economia Doméstica	00	01	01
Guarda Sanitário	01	00	01
Aux. Administrativo	01	00	01
Aux. de Serviços	00	01	01
Subtotal	05	03	08
Postos Fixos			
Eng ^o Agrônomo	05	00	05
Téc. Agrícola	13	01	14
Aux. Administrativo	01	00	01
Subtotal	19	01	20
Total	24	04	28

4.2. Recursos Materiais

Discriminação	Quantidade existente (A)	Quantidade necessária (B)	Total (A+B)
ESLOC			
Veículo	01	01	02
Computador	02	00	02
Impressora	02	00	02
Fax	01	00	01
Bureau	05	02	07
Estante	01	01	02
Cadeiras	05	05	10
Mesas para reunião	01	00	01
TV	00	01	01
DVD	00	01	01
Moto	00	01	01
Postos Fixos			
Veículo	01	01	02
Computador	02	00	02
Impressora	02	00	02
Fax	00	02	02
Bureau	00	02	02
Estante	01	01	02
Cadeiras	02	04	06
Beliches	01	01	02

5. PRINCIPAIS METAS 2009

Indicadores	Unidade	Programado
PÚBLICO ASSISTIDO SEM REPETIÇÃO		
Produtor	nº	455
Comunidade	nº	3
Associações de produtores	nº	4
AGRICULTURA FAMILIAR		
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
Horta doméstica	m ²	2.000
	produtor	2
	m ²	2.000
Horta escolar	escola	1
	jovem	50
CRÉDITO RURAL		
Emissão de DAP's	nº	160
	produtor	160
Emissão de laudo crédito rural	laudo	150
	produtor	50
Levantamento técnico p/ crédito rural	nº	80
	produtor	80
Orientação sobre credito rural	nº	210
	produtor	210
Projeto de credito rural elaborado	projeto	100
	produtor	100
Tomada de proposta de credito	nº	110
	produtor	110
DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA		
Aplicação de insumo agroecológico	ha	60
	produtor	20
Arborização urbana	planta	100
	produtor	20
Contenção de voçoroca	nº	5
	produtor	5
Educação ambiental	nº	50
	produtor	50
Educação ambiental para jovens	escola	5
	jovem	250
Manejo agroecológico	ha	60
	produtor	20

Indicadores	Unidade	Programado
Muda nativa distribuída	produtor	20
	muda	1.000
Preservação de mata ciliar	ha	20
Preservação de nascentes	produtor	15
	nº	11
Recuperação de áreas degradadas	produtor	7
	ha	40
Recuperação de mata ciliar	produtor	15
	ha	4
Unidade demonstrativa agroecológica	produtor	2
	unidade	2
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR		
BANANA		
Produtor	nº	8
Área Total Assistida	ha	15
CONSORCIO MILHO+FEIJÃO		
Produtor	nº	60
Área Total Assistida	ha	30
FEIJÃO		
Produtor	nº	105
Área Total Assistida	ha	40
MAMÃO		
Produtor	nº	4
Área Total Assistida	ha	2
MARACUJÁ		
Produtor	nº	6
Área Total Assistida	ha	6
MILHO EM GRÃO		
Produtor	nº	80
Área Total Assistida	ha	25
AVE CAIPIRA		
Produtor	nº	20
Rebanho Assistido	cab	1.500
OUTRAS AÇÕES		
	organização	2
Assessoramento em comercialização da produção	família	50
	visita	50

Indicadores	Unidade	Programado
Assessoramento na gestão de empreendimento coletivo	organização	2
	visita	4
Assessoramento na gestão de organização	organização	2
	visita	4
CURSOS P/ PRODUTORES		
Agroecologia	curso	2
	participante	25
Conservação e manejo do solo	curso	2
	participante	40
Controle de doenças e pragas	curso	2
	participante	40
Sanidade animal	curso	1
	participante	20
Turismo rural	curso	1
	participante	1
MÉTODOS		
Demonstração de métodos	participante	250
	nº	25
Demonstração de resultados	participante	50
	nº	5
Dia de campo	participante	100
	nº	1
Excursão	participante	32
	nº	4
Exposição	nº	1
	participante	3
Intercâmbio	nº	3
	participante	75
Mutirão	nº	5
	Oficina	9
Palestra	participante	560
	nº	28
Propriedade demonstrativa	nº	1
	participante	590
Reunião	nº	26
	Reunião de sede	1
Seminário	participante	18
	nº	6
Unidade de referência	unidade	1

Indicadores	Unidade	Programado
AGRICULTURA IRRIGADA		
DESENV. DA IRRIGAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR		
Implantação de kit de irrigação	nº	2
	produtor	2
MÉTODOS		
Demonstração de métodos	participante	8
	nº	2
Demonstração de resultados	participante	8
	nº	2
DEFESA SANITÁRIA		
DEFESA SANITARIA ANIMAL		
BOVINO		
	cabeça	300
Vacinação contra brucelose	produtor	30
	propriedade	30
	cabeça	1.350
Vacinação contra febre aftosa	produtor	150
	propriedade	150
	cabeça	1.250
Vacinação contra raiva	produtor	150
	propriedade	150
EQUINO		
	cabeça	300
Vacinação contra raiva	produtor	110
	propriedade	110
DEFESA SANITARIA VEGETAL		
Emissão de PTV	nº	210
	produtor	105
Vigilância de pragas em culturas	produtor	2
	propriedade	2
MÉTODOS		
Palestra	participante	120
	nº	6
FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS		
CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA		
MANDIOCA		
Produtor	nº	120
Área Total Assistida	ha	100

Indicadores	Unidade	Programado
CADEIA PRODUTIVA DOS CITROS		
LARANJA		
Produtor	nº	255
Área Total Assistida	ha	940
TANGERINA		
Produtor	nº	5
Área Total Assistida	ha	80
MÉTODOS		
Campanha	nº	2
Demonstração de métodos	participante	650
	nº	65
Demonstração de resultados	participante	420
	nº	21
Excursão	participante	45
	nº	3
Mutirão	participante	50
	nº	5
Palestra	participante	550
	nº	25
Propriedade demonstrativa	nº	2
Reunião	participante	460
	nº	18

Endereço da EMDAGRO – ESLOC de Cristinápolis

Rua José Ezidio, 104 – Cristinápolis/SE

CEP: 49.270-000

Fone: (0xx79) 3542-1619

E-mail: unicrist@emdagro.se.gov.br

unicrist@deagro.se.gov.br